

ANALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL: A CRISE INVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

FUNCTIONAL ILLITERACY IN BRAZIL: THE INVISIBLE CRISIS IN EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-119>

Maria Izabel Pedro da Silva

Mestranda em Educação
Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte – UPE, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: izabelpedro2009@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>

Diego de Lima Rodrigues

Pós-graduando em Neurociências e Comportamento Humano
Faculdade Integradas de Minas Gerais – FACULESTE, Brasil
Vínculo Institucional: Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte/CE, Brasil
E-mail: diego.lima@urca.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6811704895445402>

Adailda Severo da Silva

Especialista em Educação Especial e Inclusiva
Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Brasil
Vínculo Institucional: Faculdade Cecape – CECAPE, Brasil
E-mail: hildasevero.hs461@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0018214301362012>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2943-0197>

José Diogo Barros

Mestrando em Ensino em Saúde
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: diogobarros@leaosampaio.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9362354802619916>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9947-7022>

Marlene Menezes de Souza Teixeira

Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5043828704040203>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1546-3257>

Cicero Bartolomeu Ferreira Barbosa

Mestrando em Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA e Secretaria Municipal de Educação de Brejo Santo/CE, Brasil

E-mail: bartolomeu.ferreira@urca.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8339477685108683>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4723-4977>

Rafaela Gonçalves Rodrigues

Especialista em Direito Penal e Criminologia

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Coordenadoria da Mulher de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: advocaciarafaelagoncalves@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

Marta Coelho Bezerra Dantas

Mestra em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: martha_30jpeg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5688263542829028>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-408X>

Pedro Henrique de Lima

Mestre em Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

E-mail: pedro.hl@urca.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900004571305625>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4125-9943>

Resumo

O analfabetismo funcional permanece como uma insuficiência educacional pouco visível no Brasil, sobretudo porque pode coexistir com extensos percursos de escolarização. Este estudo analisa sua permanência no país, examinando as relações entre alfabetização, letramento, desigualdades sociais e consistência da formação escolar. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de orientação descritivo-analítica, articulando produção acadêmica, marcos normativos e dados do Indicador de Alfabetismo Funcional. Os achados revelam que a ampliação da escolaridade não assegura, isoladamente, proficiência para interpretar informações, elaborar juízos e mobilizar conhecimentos diante de demandas concretas. Evidenciam, ainda, que condicionantes históricos, socioeconômicos e institucionais se entrelaçam na persistência do problema, afastando explicações centradas exclusivamente no indivíduo. Conclui-se que seu enfrentamento requer políticas educacionais consistentes, fortalecimento

do trabalho pedagógico e experiências formativas capazes de converter a escolarização em efetivo desenvolvimento intelectual, participação social e exercício consciente da cidadania.

Palavras-chave: Analfabetismo funcional; Desigualdade educacional; Letramento.

Abstract

Functional illiteracy remains a largely concealed educational shortcoming in Brazil, particularly because it may persist throughout extended periods of schooling. This study examines its persistence in the country by exploring the relationships among literacy, social inequalities, and the effectiveness of school education. A qualitative, bibliographic, and documentary investigation with a descriptive-analytical orientation was conducted, bringing together academic literature, legal frameworks, and data from the Functional Literacy Indicator. The findings show that longer schooling does not, by itself, ensure the proficiency required to interpret information, formulate judgments, and mobilize knowledge in response to concrete demands. They also indicate that historical, socioeconomic, and institutional factors intertwine in sustaining the problem, challenging explanations focused exclusively on individuals. The study concludes that addressing functional illiteracy requires consistent educational policies, stronger pedagogical practices, and meaningful educational experiences capable of transforming schooling into intellectual development, social participation, and the conscious exercise of citizenship.

Keywords: Educational inequality; Functional illiteracy; Literacy.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil alargou expressivamente as portas da educação básica, incorporando à vida escolar contingentes por muito tempo mantidos à margem desse direito. Esse avanço redesenhou o panorama educacional do país, mas deixou exposta uma fissura ainda persistente: estar na escola não assegura, por si, a construção dos saberes necessários para compreender o mundo e nele atuar com autonomia.

É justamente na distância entre frequentar a escola e saber mobilizar o que nela se aprende que o analfabetismo funcional ganha contornos mais inquietantes. Ele se manifesta quando habilidades básicas já existem, mas se mostram frágeis diante de situações que reclamam raciocínio, articulação de ideias e uso consciente da linguagem e dos números. Essa condição rompe, assim, com a noção simplista de que ler se resume a reconhecer o que está escrito.

Ribeiro (1997) propõe compreender o alfabetismo funcional para além da posse fragmentada de habilidades, enfatizando a capacidade de acioná-las diante das exigências concretas da vida social. Essa leitura converge com a noção de letramento. Em Soares (2004), alfabetizar diz respeito ao domínio do sistema de escrita, enquanto letrar implica atribuir funcionalidade social a esse aprendizado, inserindo-o em situações reais de uso da linguagem.

A permanência do analfabetismo funcional expõe, assim, um paradoxo incômodo, pois a trajetória escolar pode avançar sem que o repertório adquirido alcance a consistência necessária às exigências da vida social. Diplomas e anos de estudo, nesse cenário, deixam de constituir evidências inequívocas de aprendizagem, colocando em xeque não apenas o desempenho educacional, mas a própria efetividade do direito de aprender.

Os resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) conferem dimensão concreta a esse impasse no país. Em 2018, cerca de 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos foram enquadrados na condição de analfabetismo funcional, reunindo os níveis analfabeto e rudimentar (Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018). O dado evidencia que a insuficiência formativa não se restringe à ausência de escolarização, alcançando também sujeitos que já percorreram espaços educativos formais.

O quadro torna-se ainda mais intrincado quando situado nas assimetrias socioeconômicas que demarcam a realidade brasileira. Aprender não ocorre sob condições equivalentes, pois renda, repertório cultural familiar, território, estrutura das escolas e continuidade dos estudos modulam o acesso e a familiaridade com a cultura escrita. Sob esse prisma, atribuir o analfabetismo funcional unicamente ao indivíduo significa desconsiderar as circunstâncias que também conformam sua trajetória educacional.

Esse panorama desloca o debate de explicações imediatas para uma indagação mais ampla sobre as raízes e os desdobramentos do analfabetismo funcional na realidade brasileira. Nessa direção, o estudo parte da seguinte questão: o que explica a continuidade desse fenômeno no país e quais entraves ele produz para que o direito à educação se traduza, efetivamente, em aprendizagem?

O estudo objetiva examinar o analfabetismo funcional no Brasil a partir de suas interfaces com a alfabetização, o letramento, as disparidades sociais e a aprendizagem escolar. Para tanto, procura delimitar suas bases conceituais, investigar os aspectos históricos, sociais e educacionais que favorecem sua continuidade e apontar caminhos capazes de contribuir para sua superação.

A pertinência deste debate emerge de uma contradição ainda encoberta pelos avanços quantitativos da educação brasileira: ampliar o ingresso não significa assegurar a apropriação dos saberes indispensáveis à autonomia. Quando o percurso formativo não habilita o sujeito a interpretar informações e transitar com desenvoltura pela cultura escrita, produz-se uma exclusão pouco aparente. É nessa fratura que o analfabetismo funcional revela sua gravidade, oculto por indicadores educacionais que nem sempre traduzem aquilo que, de fato, foi aprendido.

2 ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E ANALFABETISMO FUNCIONAL

Delimitar o analfabetismo funcional pressupõe, antes de tudo, discernir noções próximas, mas conceitualmente distintas. Durante muito tempo, alfabetizar esteve circunscrito ao aprendizado dos mecanismos elementares da leitura e da escrita. As novas demandas sociais, contudo, tornaram essa concepção estreita, pois decifrar signos e palavras não basta para lidar com os usos cada vez mais diversificados da linguagem escrita.

Em Soares (2020), alfabetização e letramento constituem aprendizagens distintas, porém indissociáveis. A primeira compreende a assimilação do princípio alfabético e das normas que organizam a escrita; o segundo amplia esse domínio ao inseri-lo nas diferentes circunstâncias em que ler e escrever adquirem sentido. Para a autora, dissociá-los empobrece a formação, pois conhecer o código somente se torna significativo quando esse saber encontra funcionalidade nas práticas de linguagem.

Sob a ótica de Kleiman (1995), o letramento desloca o ato de ler do âmbito estritamente técnico para os usos concretos da escrita no cotidiano. Como prática social e recurso simbólico, ele se materializa nas inúmeras demandas que cercam o sujeito, desde interpretar notícias e documentos até lidar com formulários, orientações e conteúdos digitais. A competência leitora, nessa perspectiva, adquire sentido na interação com os textos que atravessam a vida em sociedade.

Tfouni (2010) introduz um deslocamento importante ao situar o letramento em uma perspectiva sócio-histórica. Nessa leitura, os vínculos estabelecidos com a escrita são atravessados pelas experiências, pelas oportunidades e pelas condições de inserção de cada sujeito. Por isso, o analfabetismo funcional não pode ser reduzido a uma insuficiência individual, pois também traduz marcas produzidas pelo contexto social.

Ao tensionar a suposta neutralidade da escrita, Street (2014) contesta a crença de que seu domínio, por si só, resulte em avanços intelectuais ou sociais. Os letramentos, para o autor, são tecidos em contextos culturais e institucionais permeados por relações de poder, que interferem nas formas de aproximação com a palavra escrita. Sob esse entendimento, as possibilidades de vivenciá-la revelam-se desigualmente distribuídas entre os diferentes segmentos da população.

No debate brasileiro, Ribeiro (1997) confere ao alfabetismo funcional um caráter móvel, condicionado pelas exigências que cada época impõe aos usos da leitura e da escrita. Longe de constituir uma medida fixa, esse repertório se redefine à medida que novas demandas requerem interpretar textos, operar tecnologias, examinar dados e transitar por fluxos informacionais cada vez mais complexos.

A multiplicação das formas de produzir sentido acrescenta outra camada a esse debate. Rojo (2009) demonstra que os letramentos contemporâneos já não cabem nos limites da palavra escrita, pois incorporam recursos visuais, digitais e multimodais que solicitam diferentes operações interpretativas. Nesse universo

comunicacional mais heterogêneo, um repertório restrito de alfabetismo amplia as barreiras para compreender e significar aquilo que circula socialmente.

Com Freire (1989), o ato de ler adquire espessura crítica ao entrelaçar palavra e mundo. Alfabetizar, sob esse entendimento, excede a aprendizagem dos códigos gráficos e alcança a capacidade de desvelar os sentidos da realidade. Quando confinada à repetição mecânica, a leitura perde sua força formativa e seu alcance emancipador.

O analfabetismo funcional instala-se, assim, em uma zona pouco nítida entre conhecer a escrita e conseguir mobilizá-la com desenvoltura. O sujeito transita pelo universo letrado, porém seu repertório se mostra insuficiente diante de demandas mais elaboradas. Essa aparente familiaridade com a palavra escrita encobre a limitação e ajuda a explicar por que o fenômeno permanece tão difícil de ser percebido.

3 O ANALFABETISMO FUNCIONAL E AS CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A escolarização brasileira carrega as marcas de uma constituição historicamente excludente, na qual o direito de estudar alcançou parcelas da população de maneira tardia e desigual. Ainda que esse cenário tenha sido substancialmente reconfigurado a partir de 1988, suas heranças permanecem inscritas no presente educacional.

A Constituição Federal de 1988 alçou a educação à condição de direito universal e responsabilidade compartilhada entre Estado e família (Brasil, 1988). Anos depois, a Lei nº 9.394/1996 reafirmou esse compromisso ao incorporar princípios de equidade no ingresso, continuidade dos estudos e qualidade do ensino (Brasil, 1996). Esse arcabouço normativo desloca a garantia educacional da simples matrícula para a efetiva formação do estudante.

Para Saviani (2013), a educação brasileira foi sendo delineada no interior de uma tessitura política e social profundamente assimétrica. A ampliação da escolarização, embora expressiva, não desfez esse legado, fazendo com que a presença de mais sujeitos nos espaços educativos nem sempre correspondesse à partilha igualmente ampla dos saberes.

O percurso da alfabetização no país também foi permeado por embates em torno de como ensinar. Mortatti (2006) evidencia a recorrência histórica de propostas que buscaram, nos métodos, respostas para os impasses do ensino inicial da língua escrita. Embora tais escolhas tenham relevância, tomá-las isoladamente como explicação para problemas persistentes significa reduzir uma questão educacional de natureza muito mais abrangente.

A extensão do problema ganha contornos mais precisos nos resultados do Inaf de 2018. Entre os brasileiros de 15 a 64 anos, 8% encontravam-se no nível analfabeto e 22% no rudimentar, perfazendo, conforme os arredondamentos do levantamento, aproximadamente 29% de analfabetos funcionais (Ação

Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018). A gravidade desse retrato reside também na presença, nesse contingente, de pessoas que acumularam anos de escolarização.

Esse contraste desfaz a ideia de que maior permanência nos bancos escolares resulte, necessariamente, em proficiência. O tempo de formação favorece o amadurecimento da leitura, da escrita e do raciocínio matemático, mas sua extensão, por si só, não atesta a consistência dos saberes construídos.

A questão, portanto, não se esgota no tempo vivido na escola, mas alcança a qualidade do percurso que nela se constrói. Sobrecarga curricular, lacunas nos primeiros anos de alfabetização, disparidades entre redes, preparo docente, condições laborais, infraestrutura, suporte pedagógico e instabilidade das políticas públicas compõem uma trama capaz de comprometer a consolidação dos saberes.

A exclusão assume contornos ainda mais profundos quando observada pelas lentes de Bourdieu e Passeron (2014). Para os autores, a escola pode reiterar assimetrias ao conferir aparência de naturalidade a diferenças culturalmente produzidas. Repertórios familiares, livros, tecnologias e experiências de leitura não integram igualmente o cotidiano de todos os estudantes. Reconhecer essa disparidade não significa predeterminar desempenhos pela origem, mas admitir que a igualdade de ingresso não apaga as distâncias que antecedem a própria escolarização.

Patto (2015) aprofunda essa leitura ao questionar a conversão do fracasso escolar em atributo do indivíduo. Circunscrever os impasses educativos ao estudante ou ao núcleo familiar obscurece determinações institucionais, econômicas e históricas que atravessam sua formação. O analfabetismo funcional requer a mesma vigilância interpretativa.

Reduzir o analfabetismo funcional a uma limitação cognitiva particular significa estreitar a compreensão de um fenômeno muito mais complexo. Sua persistência nasce do entrecruzamento de circunstâncias sociais, decisões educacionais, modos de ensinar e possibilidades desiguais de inserção no universo letrado.

4 METODOLOGIA

A pesquisa inscreve-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com orientação descritivo-analítica. Essa escolha decorre da própria complexidade do analfabetismo funcional, cuja apreensão excede a leitura isolada de indicadores e requer atenção às dimensões históricas, educativas e socioculturais que o constituem. Minayo (2014) sustenta essa perspectiva ao conceber a investigação qualitativa como via para interpretar significados, relações e processos que não se esgotam na mensuração.

A vertente bibliográfica reuniu produções pertinentes aos eixos temáticos que sustentam o estudo. Na concepção de Gil (2008), esse tipo de pesquisa recorre a conhecimentos já sistematizados em livros e artigos científicos, favorecendo o diálogo entre diferentes aportes acerca do objeto examinado. Sua

utilização, neste trabalho, ultrapassou a reunião de conceitos, privilegiando o cotejo entre perspectivas teóricas, suas aproximações e dissensos, a fim de ampliar a inteligibilidade do analfabetismo funcional na realidade brasileira.

O repertório teórico congregou contribuições de Freire (1987; 1989), Ribeiro (1997), Kleiman (1995), Soares (2004; 2020), Tfouni (2010), Mortatti (2006), Rojo (2009), Street (2014), Saviani (2013), Bourdieu e Passeron (2014) e Patto (2015). A confluência dessas matrizes ofereceu distintas chaves de leitura para o objeto, articulando alfabetização, letramentos, historicidade educacional, assimetrias escolares e processos implicados na persistência do fracasso escolar.

O corpus documental reuniu a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996 e os resultados do Inaf Brasil 2018 (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018). A seleção conjugou o marco jurídico que consagra a educação como direito e disciplina suas diretrizes nacionais com dados que dimensionam o alfabetismo no país. Esse conjunto possibilitou aproximar as garantias instituídas no plano normativo das evidências que retratam sua materialização na realidade educacional brasileira.

A organização analítica obedeceu a três núcleos orientadores: a interlocução entre alfabetização e letramento; as determinações históricas, sociais e educacionais vinculadas ao analfabetismo funcional; e os impasses que atravessam sua superação no país. As fontes foram examinadas mediante leitura interpretativa e comparativa, atentando para aproximações, contrastes e nexos entre a produção acadêmica, os marcos normativos e os dados selecionados. Esse percurso conferiu unidade à análise e permitiu apreender o fenômeno em sua constituição multifatorial.

Dada sua feição estritamente bibliográfica e documental, o estudo prescindiu de participantes e de procedimentos de produção direta de dados com seres humanos. As fontes publicadas foram selecionadas por sua aderência ao problema e aos objetivos delineados, preservando a consonância entre a indagação central, o aporte teórico e o tratamento interpretativo desenvolvido na etapa subsequente.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A leitura integrada das evidências expõe um descompasso decisivo: a extensão da escolaridade não encontra correspondência automática na proficiência alcançada. O Inaf Brasil 2018 dimensiona essa fratura ao indicar que aproximadamente 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos permaneciam nos patamares de analfabetismo funcional (Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018). O percentual desnuda uma insuficiência menos aparente, na qual a passagem pelos sistemas de ensino pode coexistir com restrições no uso efetivo dos saberes.

A evidência desloca o valor da escolaridade de sua duração para a consistência do que ela efetivamente produz. Em Ribeiro (1997), o alfabetismo ganha concretude quando os saberes adquiridos podem ser acionados perante exigências reais. Nessa ótica, o percurso formativo revela sua potência não

pelo tempo acumulado nos bancos escolares, mas pela desenvoltura com que o sujeito converte o aprendido em instrumento de discernimento e ação.

A origem social também imprime marcas nas possibilidades de inserção no universo letrado. Em Bourdieu e Passeron (2014), diferenças de capital cultural ajudam a compreender por que os estudantes não chegam à escola munidos das mesmas referências e experiências. Nesse terreno desigual, cabe à educação pública contrariar a reprodução dessas distâncias, convertendo-se em espaço de alargamento das possibilidades formativas.

O amadurecimento leitor atravessa toda a educação básica e não se encerra na alfabetização inicial. Cada área do conhecimento introduz códigos, conceitos e gêneros que reclamam modos particulares de interpretação, tornando a leitura um compromisso transversal do currículo. Em Rojo (2009), essa exigência se alarga diante da pluralidade de linguagens contemporâneas, que impõe à escola formar leitores aptos a transitar por distintas formas de significação.

No ambiente digital, a fragilidade interpretativa adquire consequências mais abrangentes. Diante de mensagens manipuladas, fontes duvidosas e discursos persuasivos, discernir a confiabilidade do que circula torna-se uma competência indispensável. O alfabetismo funcional assume, assim, dimensão cidadã, pois limitações dessa natureza podem comprometer a autonomia de julgamento e a atuação crítica no espaço público.

A contribuição de Freire (1987) desloca o debate para a própria natureza do ensinar. Uma educação reduzida à transmissão e retenção de conteúdos pouco favorece a autoria intelectual do estudante. Romper com o analfabetismo funcional pressupõe, portanto, práticas que o reconheçam como sujeito do conhecimento, capaz de indagar, elaborar sentidos e construir respostas próprias diante do que aprende.

Detectar defasagens enquanto ainda são reversíveis constitui uma medida decisiva para impedir seu acúmulo ao longo da escolaridade. Nessa direção, a avaliação precisa assumir caráter diagnóstico e orientador, permitindo reconhecer necessidades específicas e reajustar o ensino em tempo oportuno. Mais do que mensurar desempenhos, cabe-lhe subsidiar respostas educativas capazes de evitar que dificuldades pontuais se cristalizem em déficits duradouros.

Nenhuma resposta pedagógica se sustenta sem uma retaguarda institucional consistente. Planejamento, qualificação profissional, suporte educacional e estabilidade das ações públicas precisam compor um arranjo permanente, e não iniciativas episódicas. Essa sustentação permite à escola enfrentar as defasagens sem converter o insucesso em responsabilidade particular de quem ensina ou aprende.

A permanência do analfabetismo funcional emerge, portanto, de uma engrenagem social e educativa que não admite explicações unilaterais. Heranças históricas, vulnerabilidades socioeconômicas e dinâmicas escolares entrelaçam-se na produção desse quadro. Desfazê-lo exige compromisso público capaz de fazer

da escolarização mais que presença institucional, tornando-a uma experiência efetiva de formação, emancipação e exercício da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação do analfabetismo funcional no Brasil revelou uma questão que excede a aquisição elementar da leitura e da escrita, alcançando a qualidade da formação proporcionada pela escola. Ao aproximar alfabetização, letramento, disparidades sociais e desempenho escolar, o estudo evidenciou que anos de escolaridade pouco significam quando não se traduzem em recursos intelectuais mobilizáveis nas exigências da vida cotidiana.

A indagação que conduziu a pesquisa encontra resposta na natureza multifacetada do problema. Sua persistência não provém de uma origem única, mas de condicionantes que se entrelaçam e atravessam as trajetórias educativas em diferentes intensidades. Essa constatação desloca o olhar da responsabilização individual para uma leitura mais abrangente, na qual o analfabetismo funcional se revela expressão de impasses sociais e educacionais historicamente sedimentados.

Uma das contradições mais contundentes reveladas pelo estudo está no descompasso entre certificação e efetivo desenvolvimento intelectual. A ampliação da escolaridade constituiu avanço incontestável, porém não extinguiu insuficiências que podem permanecer encobertas pelo próprio êxito formal da trajetória acadêmica. Nessa aparente normalidade reside a “crise invisível”: concluir etapas educativas sem dispor plenamente dos instrumentos necessários para interpretar, ponderar e responder às demandas da vida cotidiana.

Alfabetizar, à luz do que foi discutido, exige conferir espessura formativa ao contato com a linguagem escrita, ultrapassando sua assimilação meramente convencional. Esse processo demanda experiências educativas contínuas, capazes de ampliar progressivamente os usos do conhecimento e de reconhecer, em tempo oportuno, entraves que comprometam seu avanço. Assim, dificuldades incipientes podem ser enfrentadas antes de se tornarem marcas duradouras da trajetória escolar.

O enfrentamento dessa realidade reclama uma corresponsabilidade pública que transcenda intervenções pontuais e leituras culpabilizadoras do insucesso. À escola devem ser asseguradas bases duradouras para qualificar o ensino, amparar o trabalho docente e responder às necessidades que emergem no cotidiano educativo. Nessa direção, o compromisso estatal ganha concretude quando a escolarização deixa de ser apenas uma oferta assegurada e passa a produzir possibilidades reais de desenvolvimento humano e inserção social.

A principal contribuição do estudo reside em evidenciar que a democratização do ensino permanece incompleta quando o avanço escolar não se converte em competência para lidar criticamente com as demandas contemporâneas. O analfabetismo funcional revela, nesse sentido, uma fronteira silenciosa da

inclusão educacional, pois a certificação pode coexistir com restrições que diminuem a desenvoltura do sujeito diante da informação, do conhecimento e das decisões cotidianas.

Os limites inerentes ao recorte bibliográfico e documental abrem espaço para novas incursões investigativas sobre o tema. Pesquisas de campo poderão perscrutar como o analfabetismo funcional se manifesta em diferentes realidades, acompanhando sujeitos, experiências pedagógicas e percursos educacionais. Esse movimento poderá revelar particularidades ainda pouco apreendidas e oferecer novos elementos para o debate sobre sua prevenção e enfrentamento.

Superar o analfabetismo funcional exige, em última instância, romper com a distância entre estar escolarizado e dispor intelectualmente do que a escolarização deveria proporcionar. O verdadeiro alcance da educação manifesta-se quando o conhecimento adquirido amplia horizontes, sustenta escolhas conscientes e fortalece a presença do indivíduo no mundo. Enquanto essa conquista não alcançar a todos, persistirá, sob a aparência do avanço, uma das mais silenciosas insuficiências da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf Brasil 2018**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília, DF: MEC, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.